

Distinguindo-se sobremaneira entre as suas demais congêneres nesse sentido, a Universidade Federal do Pará houve por bem, em 1963, através do seu Reitor José da Silveira, entregar ao prof. Artur César Ferreira Reis a direção da "Coleção Amazônica" (Série José Veríssimo) destinada a abrigar livros de História, e que então se iniciou com o lançamento dos dois volumes da *História do Pará*, de Ernesto Cruz, a que se seguiram, em 1968, os dois volumes de *Belém — Estudo de Geografia Urbana*, de Antônio da Rocha Penteado e agora, em 1969, o *Compêndio das éras da Província do Pará* de Antônio Baena, estando ainda programado o próximo lançamento da obra *Fomento ultramarino e mercantilismo: A Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*, de Manuel Nunes Dias.

Como é óbvio, esse programa editorial preenche no campo histórico finalidades de grande significação, colocando ao alcance de estudantes e estudiosos ao mesmo tempo obras raras e estudos modernos sobre a história local e regional. Se cada Universidade brasileira se lançasse a um programa dessa ordem, atendendo interesses locais e nacionais, estariam em curto espaço de tempo disposta de uma biblioteca excepcional, com racionalidade de recursos, evitando a dispersão, as obras de baixo nível literário e científico e outras ocorrências que tanto oneram as edições universitárias entre nós. Preparar-se-iam, dessa maneira, as condições mínimas para a elevação do padrão científico de trabalho dos estudiosos da História ligados à Universidade brasileira.

O *Compêndio das éras* que se inicia em 1615, quando a 12 de janeiro ancorava na baía chamada pelos tupinambás de Paraná-Guaçu uma frota portuguesa conduzindo Francisco Caldeira de Castelo Branco, investido de poderes especiais para promover a conquista da Amazônia, termina com o registro dos meses de março e agosto de 1823, quando o Pará é província do Brasil independente. Trata-se de um sumário registro dos principais acontecimentos locais, em estrita observação cronológica, destacando as gestões dos governadores que se sucederam à frente da administração do Pará.

Geralmente minucioso e bem informado, Baena nos oferece um acervo de dados, incluindo nomes, datas e fatos, na enumeração e descrição dos quais se demora apenas o suficiente para dar ao leitor uma idéia sumária do que relata. É um tipo de trabalho que se aproxima portanto das *Ejemérides* feitas por cronistas e historiadores, gênero esse que por diversos motivos constitui algo de bastante válido como instrumento de consulta para o estudioso da História. Embora não tenha escapado de várias retificações às suas afirmações, feitas principalmente por Manuel de Melo Cardoso Barata em seus *Apontamentos para as efemérides paraenses*, Baena mostra-se um bom repórter, cuja prospecção resulta numa crônica histórica de grande utilidade para os que desejam conhecer em seus detalhes a História do Norte da colônia.

JOSÉ ROBERTO DO AMARAL LAPA

\* \* \*

\*

FREIRE (Gilberto). — *Contribuição para uma Sociologia da Biografia (O exemplo de Luiz de Albuquerque, governador de Mato Grosso no fim do século XVIII)*, 2 volumes, Academia Internacional de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1968.

E' bem possível que esta obra não chegue a ter no Brasil a divulgação que ela merece, contribuindo para tanto o fato de, possivelmente, não dispor a entida-

de responsável pela sua edição dos recursos e da prática de divulgação e distribuição que normalmente tem uma editória comercial. E' por esse motivo, a que se junta a importância do estudo pela natureza do seu tema, como pela documentação que o fundamentou e que se insere em grande parte no segundo volume, que fazemos este registro, que é bem menos do que uma resenha.

No primeiro volume procura o autor realçar a figura do fidalgo Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres que governou a capitania de Mato Grosso por 7 anos, no século XVIII, apontando nesse sentido o seu descorço administrativo, a eficiência de sua ação diplomática num momento de tensões fronteiriças com a América Espanhola, as facilidades que concedeu ao comércio, as providências que adotou para a defesa territorial, além de outros aspectos do seu governo. Essa dissertação é marcada pela teoria do luso-tropicalismo que o autor expõe com a sua peculiar maneira de escrever, fazendo largas concessões à imaginação.

O retrato que nos fica de Luiz Cáceres lhe é favorável e há nesse sentido um considerável esforço de Gilberto Freire em compreender e interpretar o biografiado, repetindo-se propositadamente segundo é seu vézo.

Queremos nos deter apenas em um ponto que nos parece merecer maior realce diante das afirmações do autor nesse sentido. Ao procurar demonstrar que D. Luiz Cáceres optou pelo trabalho do negro africano, o autor coteja este com a colaboração do índio que, embora conhecendo melhor a água e a mata em relação ao escravo da África, era levado por esse mesmo conhecimento à fuga. Assim, preferiu-se o negro sedentário ao índio nômade menos afeito a um trabalho contínuo e complexo, como o da construção do Forte Príncipe da Beira, por exemplo (pág. 62), assunto que volta a abordar à pág. 98, considerando aquela opção do Governador "tão antropológicamente quanto ecológicamente significativa". Vai mais além com uma frase que parece concluir o seu pensamento, ao afirmar que sem o negro, "só com o ameríndio, Luiz não teria realizado no Brasil a obra que realizou" (pág. 63), que a nosso ver admite uma reciprocidade verdadeira, i. e., que sem o índio, só com o escravo africano, aquele governador jamais conseguiria fazer o que fez... Entretanto, o próprio autor reconhece mais adiante a contribuição indígena que "tornou possível a sua obra (do governador) caracteristicamente luso-tropical" (pág. 207), além de enaltecer (pág. 190) o tratamento que aquele administrador dispensou aos índios, quando o autor procura imaginar Luiz de Cáceres envolvido em uniões ilícitas com as índias.

Quer-nos parecer que no Centro Oeste, como na área amazônica, a presença e a contribuição indígena em face da africana ainda estão à espera dos estudos com fundamentação documental que as coloquem em seu devido lugar.

No caso de Mato Grosso, o trabalho indígena na navegação fluvial, fator indispensável ao abastecimento e comércio da capitania pelo seu isolamento em relação ao litoral, foi testado ao longo dos anos e dos séculos como insubstituível.

Como excelentes remeiro, construtores rápidos e práticos dos barcos, muitas vezes ao longo de demoradas jornadas, como pela resistência e força física que as remadas dos grandes barcos carregados exigiam, pelo conhecimento profundo dos rios e da arte de navegá-los, escolhendo os canais favoráveis no labirinto das cachoeiras, fazendo girar as canoas ou estivando para permitir o seu transporte por terra ou por cima das pedras, praticando a navegação à sirga, sabendo tirar da fauna e da flora, ao longo das viagens, os remédios às moléstias que assaltavam os comboieiros, às mordeduras de cobras e outros males, remédios êsses que, se-

gundo os depoimentos da época, curavam melhor que a botica europeia, também indefectível nas viagens, os indígenas não encontravam quem com êles competisse.

Em viagens que chegavam a ultrapassar um ano, transportanto gentes, armas, víveres e manufaturas, inclusive material pesado necessário a uma série de finalidades, como por exemplo à construção das fortalezas, os indígenas tornaram indispensável o seu concurso.

O capítulo das ligações fluviais de Mato Grosso com o Pará que ainda tanto nos poderá revelar, mostrando que o tema das monções está longe de se ter esgotado, confirmará o realce da contribuição indígena.

Quanto às fugas, para as quais realmente a proximidade e conhecimento da selva era um convite, convite o era também para os escravos africanos, e prova disto temos no problema permanente de fugas de negros para a América espanhola que tiveram de enfrentar as autoridades de Mato Grosso, inclusive o Governador Luiz Cáceres.

Mas, vejamos no trabalho sedentário e continuado, onde está consagrada em boa parte da literatura antropológica, sociológica e histórica brasileira a falta de adaptação do gentio. Ela não foi total, particularmente na área e ní época que são objetos destas considerações. Seria suficiente atentar para os conflitos entre os colonos e os jesuítas, êstes sempre acusados de desviar a mão-de-obra indígena das roças para as aldeias, para verificar a presença do índio no trabalho sedentário. Prova concreta temos no fato de que, em 1750, de tôdas as fazendas chamadas "dos pantanais", na região de Cuiabá, a única que possuía escravos da Guiné era a de Joaquim Ferreira Chaves; tôdas as demais tinham índios por escravos.

Estes exemplos, recolhidos ao acaso num imenso acervo de documentos que há a respeito, nos dão idéia de como transcorreu a contribuição indígena no povoamento do remoto centro-oeste brasileiro, empreesa cuja manutenção exigiu realmente homens do porte dêste Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres que, como nos mostra o autor, fêz não a administração de um estreante, como de fato êle era, mas um governo marcado pela iniciativa, pela visão e pelo empenho.

*JOSÉ ROBERTO DO AMARAL LAP.1*

\* \*  
\* \*

MARTINS PENA. — *A Ópera no Brasil Imperial*. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro.

Os aficionados da ópera, de São Paulo e Rio de Janeiro, tiveram a feliz oportunidade (melhor, um privilégio!), no mês de setembro último, de assistir a uma curta, mas excepcionalmente brilhante temporada a cargo do famoso Teatro San Carlo, de Nápoles, que para aqui transportou todo o seu staff e todo o seu equipamento — solistas, côro, orquestra, comparsaria, corpo de baile, cenários, enfim todos os elementos necessários à realização de três invulgares espetáculos, em que foram encenadas *Nabucco*, *Otelo* e *La Gioconda*. Os que têm algum conhecimento de história da música sabem que Nápoles tem uma importante vinculação com a origem e o desenvolvimento do melodrama, e, consequentemente um papel de grande destaque na realização desse gênero tão difícil. Aliás, o luxuoso opúsculo que foi distribuído aos que compareceram à temporada contém excelentes informações